



Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
Departamento de Admissão, Saúde e Desenvolvimento de Pessoas
Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas

PLANO DE ENSINO	
Instituição	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Curso / Evento	Inclusão e acessibilidade no Ensino Superior
Carga horária total	30 horas
Público-alvo	Servidores técnico-administrativos da UFRRJ
Número de participantes	-
Instrutor(es)	Prof ^ª Dr. ^a Márcia Denise Pletsch Prof ^ª M. ^a Tamara Magalhães

Ementa

Em razão das constantes mudanças nos cenários educacionais nos últimos anos, onde a inclusão e a deficiência têm sido temas cada vez mais frequentes, compreendemos que é fundamental que as instituições de ensino superior (IES) viabilizem ações que tornem estes espaços mais acessíveis e acolhedores para todas as pessoas. Nesta perspectiva, é importante que as universidades busquem promover uma organização e reestruturação que contemple o atendimento das pessoas com deficiência e seu pleno desenvolvimento nestes espaços.

Neste sentido, o curso proposto tem como objetivo oportunizar aos servidores técnico-administrativos da UFRRJ informações relativas aos conceitos que fundamentam o atendimento da pessoa com deficiência nas instituições de ensino superior, buscando contribuir para a capacitação e formação profissional destes sujeitos, bem como para a sensibilização e conscientização acerca da temática da deficiência.

Justificativa

A viabilização de alguns dispositivos legais fortaleceu ainda mais os processos de inclusão nas instituições de ensino do país. A implementação em 2016 da Lei 13.146/2015, mais conhecida como Lei Brasileira da Inclusão (LBI), definiu diretrizes em relação aos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos disponibilizados pelas IES, públicas e privadas, de educação profissional e



Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
Departamento de Admissão, Saúde e Desenvolvimento de Pessoas
Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas

tecnológica. Já a Lei nº 13.409/2016, sancionada em 2017 e regulamentada pelo Decreto nº 9.034/2017, apresentou a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), sendo denominada Lei de Cotas para as pessoas com deficiência. Todas estas ações direcionadas na perspectiva da educação inclusiva delinearam um novo perfil de estudantes nas IES, sendo o estudante com deficiência parte deste processo. O conjunto de ações governamentais tem ampliado o acesso da pessoa com deficiência ao ensino superior de forma crescente.

Nesta direção, a inclusão da pessoa com deficiência nas IES é uma temática de grande relevância e a formação técnica dos servidores que atuam diretamente neste contexto, uma questão fundamental. Lourenço e Battistella (2018) apontam que a maior queixa do estudante com deficiência com relação ao processo de inclusão nas universidades está relacionada a falta de informação das pessoas para atuar com a diversidade. Já Ciantelli (2020) destaca que as barreiras atitudinais são para estes sujeitos o maior impeditivo para a participação e permanência na universidade, indicando a necessidade de formação de toda a comunidade universitária.

Competências a serem desenvolvidas

Propiciar aos cursistas uma compreensão teórica (legal e conceitual) dos princípios básicos da Educação Inclusiva e Acessibilidade no Ensino Superior;

Possibilitar o desenvolvimento de competências individuais que permitam aos participantes, dentro de suas atividades profissionais, recursos que atendam e acolham as necessidades específicas dos estudantes com deficiência na UFRRJ.

Estratégias de Ensino

O curso será realizado no formato online por meio da plataforma Google Classroom. As atividades serão desenvolvidas a partir do ambiente virtual de aprendizagem (AVA) por meio de ferramentas síncronas e assíncronas. As atividades síncronas como webconferências e/ou videoconferências possibilitarão um contato em tempo real com os estudantes, proporcionando uma maior interação entre alunos e professores, bem como com os conteúdos elencados. Já as atividades assíncronas, como fóruns, e-mail, questionários entre outros, oportunizará um contato mais individualizado dos cursistas com os temas apresentados, permitindo que os alunos desenvolvam o aprendizado de acordo com seu tempo e disponibilidade, além de solicitarem elucidação de dúvidas a qualquer momento.



Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
Departamento de Admissão, Saúde e Desenvolvimento de Pessoas
Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas

Recursos Didáticos

Os recursos didáticos utilizados:

- Textos e/ou apostilas e vídeos que poderão ser “baixados” pelos alunos;
- Vídeo aulas;
- Videoconferências (moodle ou RNP);
- Fóruns de debates (moodle);
- Questionário (Google forms);
- Atividade de conclusão

Procedimentos de Avaliação

Como procedimento de avaliação, as participações nos fóruns, nas videoconferências, bem como a realização das atividades propostas (preenchimento do questionário inicial e realização da atividade final) serão requisitos fundamentais deste processo.

Conteúdo e Cronograma

Aula	Data	Horário	Conteúdo Programático	Estratégia de ensino (ex.: videoaula, vídeos do YouTube, PowerPoint, chat, fórum...)
1	10/08	Horário Livre CH (2h)	Apresentação do curso e dos tutores Aplicação do questionário	Atividade assíncrona Power point de apresentação Questionário google forms Live de divulgação https://www.youtube.com/watch?v=1ITNj6-pn_0&feature=share&fbclid=IwAR3VNDk1BB0R3vd_b4c5Xhu7YXW4VYoHFcCzHJyDPGx2pDLVuTcrewzxdEU4
2	12/08	Horário Livre CH (2h)	Fundamentos básicos da educação inclusiva O que é educação inclusiva?	Atividade assíncrona Power Point Texto referencial vídeo



Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
Departamento de Admissão, Saúde e Desenvolvimento de Pessoas
Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas

3	17/08	Horário Livre CH (2h)	Marcos legais da Educação Inclusiva Documentos Internacionais e Nacionais	Atividade assíncrona Power Point Texto Referencial Vídeo
4	20/08h às	14h às 16h CH (2h)	Sobre a Lei 13.146/2015 (LBI) e a Lei nº 13.409/2016 (Lei de Cotas) e o público atendido.	Atividade síncrona com a servidora Janaína Nogueira
5	24/08	Horário Livre CH (2h))	Sobre Acessibilidade. O que é e sobre o que estamos falando?	Atividade assíncrona Vídeo Textos referenciais https://cta.ifrs.edu.br/materiais-de-apoio/biblioteca-virtual/
6	26/08	Horário Livre CH (2h)	Encerramento do primeiro módulo Fórum de debates*	Atividade assíncrona Mural do google classroom
7	03/09	14h às 16h CH (2h)	Vídeo aula: Encerramento do primeiro módulo Debates sobre os temas apresentados.	Atividade síncrona com as servidoras Márcia Pletsch e Tamara Magalhães Videoconferência
8	10/09	14h às 16h CH (2h)	Inclusão no Ensino Superior	Atividade síncrona com a servidora Márcia Pletsch
9	17/09	Horário Livre CH (2h)	O estudante com deficiência no Ensino superior Núcleos de Acessibilidade e Inclusão	Atividade assíncrona Power Point Vídeo Textos Referenciais
10	24/09	Horário Livre CH (2h)	A inclusão na UFRRJ Sobre o NAI/UFRRJ: estrutura e Finalidade	Atividade assíncrona Power point Texto Referencial
11	29/09	Horário Livre CH (2h))	Sobre os estudantes com deficiência na UFRRJ e algumas orientações sobre interações com pessoas com deficiência	Atividade assíncrona Power-Point Texto Referencial vídeo
12	06/10	Horário Livre CH (2h)	Fórum de debates- encerramento do segundo módulo	Atividade assíncrona Mural do google classroom
13	13/10	14h às 16h CH (2h)	Vídeo aula de encerramento do 2º módulo	Atividade síncrona Relatos de experiência de alunos da UFRRJ Videoconferência
14	20/10	14h às 16h	Vídeo aula de encerramento do curso	Atividade síncrona com relato de



Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
Departamento de Admissão, Saúde e Desenvolvimento de Pessoas
Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas

		CH (2h)		experiência do servidor Bruno Micas
15	22/10	Horário Livre CH (2h)	Atividade final de avaliação Questionário final Avaliação	Atividade assíncrona

Referências Bibliográficas a serem complementadas nas aulas online

BRASIL. Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em fevereiro de 2019.

_____. Lei nº. 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012. Para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 28 dez. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm. Acesso em: 06 jun. 2018. _____. Decreto nº 9.034 de 20/04/2017. Altera o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9034-20abril-2017-784631-publicacaooriginal-152394-pe.html>. Acesso: 16/01/2020.

_____. Lei nº. 10.048 de 08 de novembro de 2000, na Lei nº. 10.098 de 19 de dezembro de 2000, no Decreto nº. 5.296 de 02 dezembro de 2004, na ABNT NBR 9050/2015 e na ABNT NBR 16537/2016, que estabelecem normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias, espaços e serviços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação, com prazos determinados para seu cumprimento e implementação.

_____. Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002 e o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que reconhece como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados; c) Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de janeiro de 2008, que prevê a inclusão da Educação Infantil ao Ensino Superior.

_____. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU e de seu Protocolo Facultativo com equivalência de Emenda Constitucional, por meio do Decreto Legislativo nº. 186, de 9 de julho de 2008, com a devida promulgação pelo Decreto nº. 6.949, de 25 de agosto de 2009.



Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
Departamento de Admissão, Saúde e Desenvolvimento de Pessoas
Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas

_____. Lei nº. 13.146, de 06 de julho de 2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

UFRRJ. Deliberação nº. 112/CEPE, de 12 junho de 2012.

UFRRJ. Portaria nº. 395/GR de 29 de abril de 2019.

UFRRJ. Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRRJ.

UFRRJ. Minuta da Política de Acessibilidade e Inclusão da UFRRJ, 2020.

CIANTELLI, A.P.C. Trajetória Acadêmica de Estudantes com deficiência no Ensino Superior do Brasil e Portugal: Contribuições da Psicologia. Tese em Psicologia. Unesp, Bauru, p. 349, 2020.

LOURENÇO, Gerusa Ferreira e BATTISTELLA, Janna. “Mapeamento de alunos público-alvo da educação especial na Universidade Federal de São Carlos em 2014-2015”. Psicologia Escolar e Educacional, São Paulo, número especial, 15-23, 2018.

Currículo resumido do(s) instrutor(es) e e-mail
--

Márcia Denise Pletsch

É doutora em Educação, com mestrado em Educação e especialização em Altas Habilidades pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Graduada em Educação Especial, com Habilitação em Deficiência Intelectual, pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professora Associada do Instituto Multidisciplinar e do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares e do Programa Humanidades Digitais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Coordena o Grupo de Pesquisa Observatório de Educação Especial e Inclusão Educacional (ObEE/UFRRJ). É coordenadora do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UFRRJ (2019-2021). Participa de projetos de extensão sobre formação de professores e inovação tecnológica aplicada à educação na Baixada Fluminense. É fundadora do Fórum Permanente de Educação Especial da Baixada Fluminense, que envolve pesquisadores e gestores da área de Educação Especial da Baixada Fluminense/RJ. Principais temas de pesquisa e orientação: educação especial, políticas de educação inclusiva na Educação Básica e no Ensino Superior, processos de ensino e aprendizagem de pessoas com deficiência intelectual e



Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
Departamento de Admissão, Saúde e Desenvolvimento de Pessoas
Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas

múltipla, práticas curriculares, formação de professores e inovação tecnológica aplicada à educação especial. É pesquisadora do CNPQ- Nível 2 e Jovem Cientista do Nosso Estado da Faperj.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/562244029156915>

E-mail: marciadenisepletsch@gmail.com

Tamara França de Almeida Magalhães

Doutoranda no curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Possui graduação em Letras pela Universidade Estácio de Sá (2005), graduação em PEDAGOGIA pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2007), especialização em gestão, supervisão e administração escolar pela Universidade Castelo Branco (2008) e mestrado em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2016). Atualmente é técnico em assuntos educacionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e professora na Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação especial, políticas inclusivas, políticas educacionais, educação inclusiva e ensino superior.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/4857015394540696>

E-mail: tamafranc@yahoo.com.br